



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018

FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICIPIO DE SARZEDO

Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo,
conforme ata de aprovação em 05 de outubro de 2017.

Sumário

OBJETIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	3
CENÁRIO ECONÔMICO.....	3
PERSPECTIVAS ECONÔMICAS – INTERNACIONAL.....	4
PERSPECTIVAS ECONÔMICAS – NACIONAL.....	6
EXPECTATIVAS DE MERCADO.....	8
PRINCÍPIOS DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	8
ALOCAÇÃO-OBJETIVA.....	9
ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO – PRÓXIMOS CINCO ANOS	10
SEGMENTO DE RENDA FIXA.....	10
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	11
SEGMENTO DE IMÓVEIS.....	11
ENQUADRAMENTO	11
META ATUARIAL.....	11
ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS	12
GESTÃO PRÓPRIA.....	12
CREDENCIAMENTO	12
PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES.....	13
CONTROLES DE RISCO	14
CONTROLE DO RISCO DE MERCADO	14
CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO	15
CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ	15
CONTROLES INTERNOS.....	15
POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA.....	17
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17

OBJETIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A Política de Investimentos do **FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SARZEDO** tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Todo o conteúdo, bem como todo o processo de formalização e aprovação desta Política de Investimento está em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 e Portaria MPS 519/2011 que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da Política de Investimento, que deve submetê-la para aprovação do Conselho Deliberativo, órgão superior competente para definições estratégicas do RPPS. Essa estrutura garante a segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa.

A presente Política de Investimentos dá embasamento e formaliza todos os processos de tomada de decisões relativo aos investimentos do **FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SARZEDO**, sendo instrumento essencial para garantir a consistência necessária na gestão dos recursos em busca de resultados eficientes com vistas ao atingimento do equilíbrio econômico-financeiro atuarial.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos qualitativos e quantitativos e que, como deve ser observado, deve ter como principal base a situação atuarial em que cada RPPS se encontra através de devido estudo de cálculo atuarial.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em Instituições que possuam as seguintes características: (i) solidez patrimonial, (ii) experiência positiva no exercício da atividade de administração e gestão de recursos e (iii) ativos com adequada relação risco X retorno.

Para cumprimento de tal objetivo e considerando ainda as perspectivas do cenário econômico, a Política estabelecerá as modalidades e os limites legais e operacionais, critérios de análise e controle dos investimentos, buscando a mais adequada alocação dos ativos tendo em vista as necessidades de caixa no curto, médio e longo prazo, sempre atendendo a todos os requisitos da Resolução CMN 3.922/2010 e Portaria MPS 519/2001.

CENÁRIO ECONÔMICO

Cop
assante
sup
Rozal
Machado

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS – INTERNACIONAL

De acordo com os dados oficiais consolidados no Instituto de Pesquisa Economia Aplicada – IPEA - e salvo surpresas imponderáveis, a economia mundial seguirá estável com perspectivas de crescimento relativamente elevadas em 2018. Os sustentáculos dessa tendência assentam-se sobretudo em três fatores que serão examinados a seguir.

Em primeiro lugar, as políticas fiscais expansionistas em toda a Zona do Euro e na Ásia, associadas a políticas monetárias razoavelmente expansionistas garantiram liquidez em níveis suficientes para manter o ritmo do investimento e consumo.

Em segundo lugar, o reaquecimento do preço do petróleo em particular, mas das commodities em geral, foram capazes de reverter o pessimismo com o setor de energia percebido em 2016. Deve-se destacar que houve desaceleração no volume desses negócios no último trimestre. Contudo, os novos patamares de preço têm sido suficientes para garantir expectativas moderadamente positivas para o ano de 2017 e 2018.

Em terceiro lugar, comemora-se o fato de a alta relativa da atividade econômica em 2017 não ter pressionado os índices de inflação, que permaneceram seguros em relação às metas dos bancos centrais em todas as economias desenvolvidas e China.

Outros fatores combinados contribuíram para a construção da atual conjuntura, bem como para a expectativa imediata. Num fenômeno também visto no Brasil, os acontecimentos econômicos parecem ter adquirido certa independência dos acontecimentos políticos. Evidentemente, não há qualquer garantia de que este cenário estabeleça-se indeterminadamente mas, até onde se é possível observar, tais dinâmicas trouxeram alento aos mercados.

Deve-se destacar que as previsões de contágio político na economia eram preocupantes em 2017, posto que os discursos radicais de candidatos que figuravam entre os favoritos a comandarem importantes economias europeias como Holanda e França pareciam encontrar alta ressonância na sociedade. No entanto, esses candidatos não chegaram, de fato, ao poder. Quando chegaram, como no caso dos EUA, as promessas de campanha, até agora, mostraram-se mais retóricas do que efetivas.

Com exceção da saída unilateral do Trans-Pacific Partnership - TPP (Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica) anunciada por Donald Trump nas primeiras horas de seu mandato presidencial, suas demais promessas de campanha continuam, aparentemente, sem perspectivas reais de materializarem-se.

De toda forma, nenhum relevante tomador de decisão deve ignorar o fato de existir uma agenda protecionista pairando sobre Europa e EUA. Grosso modo, alega-se que essas demandas seriam reações políticas contra as ondas migratórias provocadas pelas disputas territoriais no Oriente Médio e pela tensão causada pelos movimentos terroristas autônomos que, de maneira direta e sistemática, têm atingido os principais países da Europa. No entanto, deve-se destacar que não são poucos os analistas que veem tais demandas

Handwritten signatures and initials:
Dop
amp
Antonio
Rangel
Machado

como cíclicas, tanto na Europa quanto nos EUA, cuja explicação assentaria-se mais em posicionamentos ideológicos internos do que em fatores externos.

Atendo-se às questões meramente econômicas, o crescimento esperado para a economia mundial em 2017, segundo o Fundo Monetário Internacional – FMI é de 3,5%. Para 2018, o Fundo prevê crescimento ligeiramente maior, chegando a 3,6%. Para a Zona do Euro, a previsão de variação do PIB é de 1,7% em 2017 e 1,6% em 2018. No que se refere aos EUA os números são um pouco mais elevados, com previsão de 2,3% para este ano e 2,5% para o próximo. Para a Ásia em conjunto, a perspectiva é de crescimento idêntico tanto em 2017 quanto em 2018, ambos em 6,4% - embora a China, isoladamente, deva crescer respectivamente 6,6% e 6,2%.

A previsão para os países emergentes ou em desenvolvimento é de 4,5% em 2017 e 4,8% em 2018, ainda que o resultado para o Brasil não acompanhe essas grandezas. Para o FMI o Brasil deverá crescer em 2017 apenas 0,2% e não mais do que 1,7% em 2018.

Há de se destacar, contudo, algumas fontes de incerteza para os próximos meses e, paradoxalmente ao que foi dito a pouco, a origem central dessas dúvidas é política. Nos últimos dias a Coreia do Norte assumiu um comportamento abertamente belicoso, com ofensas diretas aos seus vizinhos Coreia do Sul e Japão, que imediatamente reagiram diplomaticamente nos fóruns apropriados. Ambos os países levaram à Organização das Nações Unidas – ONU reivindicações de retaliações econômicas e militares contra a Coreia do Norte. Os EUA se pronunciaram solidários à causa, bem como a União Europeia e Reino Unido.

Os riscos de degradação desse quadro são políticos e econômicos. No campo político, é dada com certa a morte de milhares de civis na Ásia, em especial na própria Coreia do Norte, posto que suas bases militares, segundo as informações disponíveis, estariam escudadas em territórios urbanos. Naturalmente, situações dessa natureza causam comoção na opinião pública, o que leva às ponderações de estratégia militar a outras considerações, nem sempre amistosas.

Oficialmente a guerra entre EUA e Coreia do Norte começou em 1950 e jamais foi formalmente encerrada. Novos movimentos militares contra o regime comunista, poderiam inflamar ainda mais as posições nacionalistas extremadas de alguns grupos internos nos EUA, potencializando, por exemplo, tensões xenófobas, marcadamente presentes na atual conjuntura daquele país. No campo econômico os estragos não seriam desprezíveis, uma vez que mais uma frente de batalha surgiria, onerando ainda mais o tesouro americano com custos de defesa. No entanto, deve-se ter em mente que, por ora, nada há de definitivo com relação a esse tema.

De maneira geral, os impactos esperados da economia mundial sobre o Brasil em 2017 e 2018 continuam positivos. Em função de uma ainda elevada liquidez mundial, e de um certo aquecimento no preço de commodities, os investimentos diretos no Brasil têm se mantido em patamares relativamente satisfatórios para os padrões nacionais, sustentando uma taxa de câmbio razoavelmente confortável para a economia nacional. Além, disso a demanda mundial aquecida tem ajudado as exportações de forma que o

saldo da balança comercial tem permanecido razoavelmente estável em todo ano de 2017, sem expectativas de redução para 2018.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS – NACIONAL

De acordo com os dados oficiais consolidados no IPEA e salvo surpresas imponderáveis, a economia nacional segue uma tendência de retomada de crescimento e estabilidade. Para 2017 a expectativa do mercado é de crescimento modesto, mas positivo de 0,4%. Para 2018 espera-se um crescimento de ao menos 2%. No entanto, apesar de existirem razões para a manutenção do otimismo, há volatilidades em diversas frentes, que podem reverter tal tendência.

Os principais fatores positivos são: nível de consumo relativamente elevado, mas sem pressões inflacionárias devido à capacidade ociosa da indústria; dinamismo do setor de serviços que, de uma forma ou de outra, tem conseguido absorver parte da mão de obra desempregada de outros setores da economia mais afetados com a crise; avanços na reforma trabalhista; economia mundial aquecida; expectativas positivas com o ano eleitoral; sinalizações de novas rodadas de privatizações de estatais; bem como avanços das discussões das Reformas, sobretudo a da Previdência.

Do ponto de vista negativo, deve-se ponderar os riscos da crise política, cuja manifestação mais simbólica expressa-se na operação Lava – jato da Polícia Federal. Adicione-se ao cenário as dúvidas associadas à capacidade de financiamento do déficit fiscal do ano de 2018, bem como, paradoxalmente, as incertezas com as eleições do próximo ano.

A questão da eleição, a propósito, tem alimentado especulações ambíguas. Anos de eleição costumam aquecer a economia, uma vez que os gastos públicos são maiores e há todo um custeio de campanha cujo montante monetário não é desprezível. Por outro lado, seguindo uma tendência mundial, há o florescimento de candidatos outsiders ou seja, sujeitos sem tradição eleitoral mas que, por alguma razão, ascendem como forças políticas capazes de mobilizar votos suficientes para se elegerem. Entretanto, ninguém sabe ao certo se esses votos serão traduzidos em estabilidade política, tendo em vista as prováveis dificuldades de se angariar apoio legislativo junto às bancadas.

Sobre esses candidatos, pairam no ar dúvidas acerca de suas habilidades administrativas, de suas convicções econômicas e até mesmo do respeito aos marcos institucionais vigentes. A volatilidade associada decorre do fato de não ser totalmente factível o mercado precificar as propostas de cada um desses candidatos, posto a ausência de histórico como mandatários. Se não bastasse, o mercado leva em conta que muitos dos candidatos a Governador, bem como alguns possíveis candidatos à Presidência da República, respondem a inquéritos na justiça, com possibilidades reais de serem presos.

Contudo, esse quadro só se mostra completo quando leva-se em conta uma tendência mundial de polarização ideológica. Isso tem, no Brasil e no mundo, viabilizado proposições eleitorais com posturas antieconômicas, municadas de agendas e discursos radicais, tanto à esquerda quanto à

Dep
sup
Aranzel
Aranzel
Aranzel

direita. Em contrapartida a notícias políticas desfavoráveis, pesa o fato de que a equipe econômica chefiada por Henrique Meirelles tem sustentado um nível de insulamento burocrático similar ao que Pedro Malan conquistou nos anos 1990. Essa habilidade tem, em alguma medida, descolado a condução

econômica da condução política, o que tem sido visto como uma vitória dessa equipe.

Atendo-se a questões meramente econômicas, tem sido consensual entre os analistas que o ano de 2017 foi salvo, em grande medida, pelo consumo das famílias e que a liberação dos saldos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS foi determinante nesse esforço. Entretanto, o mercado não aposta no consumo como propulsor da atividade econômica, seja porque o nível de desemprego permanece estável num patamar elevado acima dos 12%, seja pela conhecida aversão da atual equipe econômica contra políticas expansionistas baseados nessa variável.

Os preços das commodities, bem com os seguidos resultados positivos na Balança Comercial auxiliaram os resultados econômicos em 2017 e dificilmente perderão o protagonismo em 2018, posto que as tendências para o setor se mantêm.

As expectativas de inflação estão relativamente acomodadas. Até alguns meses atrás havia volatilidades associadas ao aumento da necessidade de financiamento do setor público para o ano de 2018, posto que no acumulado o déficit fiscal do país alcançará em 2017 a casa dos 159 bilhões, cerca de 30 bilhões acima do previsto. No entanto, o anúncio de uma nova rodada de privatizações arrefeceu pressões inflacionárias nesse sentido.

Os saldos comerciais, bem como as privatizações devem assegurar condições favoráveis às contas públicas tanto em 2017 como em 2018. Tais fatores, bem como a estratégia de maior transparência de ações do Bacen na condução da política monetária, tem concorrido para a manutenção da tendência de redução da taxa Selic. Além disso, a aumento da demanda, decorrente do aquecimento do consumo foi quase que integralmente absorvido sem pressão nos preços uma vez que a produção pôde ser aumentada imediatamente - posto que a capacidade ociosa da indústria seguia, como segue, elevada.

O investimento, por sua vez, é uma variável que tem levado ao aumento da preocupação dos analistas, uma vez que tem variado muito abaixo nas necessidades do país. Deve-se ter em mente que o Brasil é um dos países emergentes com as taxas de poupança interna mais baixas, cujos patamares encontram-se a alguns anos sob os 20%. Países emergentes possuem média acima de 50% e os ricos acima dos 75%.

Para o longo prazo, conjuntamente com a questão fiscal, sobretudo a do déficit previdenciário, poupança e investimento são as maiores preocupações dos analistas do mercado. Sem poupança não há investimentos, e sem investimento não há expansão da produção, portanto não há crescimento. Por outro lado, encontrar condições de criação de poupança coaduna-se com o esforço de equacionar a questão previdenciária. A questão está posta na agenda pública e há expectativa de que, em alguma medida, norteie as discussões eleitorais do próximo ano.

EXPECTATIVAS DE MERCADO

	2017	2018
IPCA (%)	3,45	4,20
IGP-DI (%)	-1,04	4,50
Câmbio Final do Ano (R\$ / US\$)	3,23	3,38
Taxa SELIC Final do Ano (%)	7,25	7,50
PIB Crescimento (%)	0,39	2,00
Produção Industrial Crescimento (%)	1,00	2,16
Balança Comercial (US\$ bilhões)	61,35	48,00

Fonte: Banco Central do Brasil – Boletim Focus – Relatório de Mercado (data-base: 25/08/2017)

PRINCÍPIOS DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A gestão dos investimentos deve ter como prioridade a segurança conferida por uma adequada estruturação de garantias, da liquidez ajustada à necessidade dos compromissos atuariais e da rentabilidade compatível com os riscos envolvidos em cada tipo de investimento, sempre sob uma perspectiva de longo prazo.

Os princípios que norteiam a decisão de alocação de recursos em investimentos, sempre sob uma perspectiva de longo prazo, deverão ser:

Segurança: ingressar em investimentos cuja estrutura conte com garantias suficientes para minimizar o risco de perda de capital.

Rentabilidade: parâmetros que levam em consideração a máxima rentabilidade possível, compatível com o risco do investimento (seja o risco de mercado, crédito, liquidez ou outro tipo).

Liquidez: montagem de uma carteira de investimentos com variados níveis de maturação e liquidez ajustada à necessidade dos compromissos atuariais.

Diversificação: ampliar a diversificação de investimentos no portfólio. Com a previsão da manutenção da taxa de juros básica no país no longo prazo em patamares abaixo da meta atuarial, a ampliação e diversificação dos investimentos são necessárias.

Op
aul
Garantia
Quachado Sarzedo

ALOCÇÃO-OBJETIVA

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão do **FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SARZEDO** devem observar os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN 3.922/2010.

Todos estes referenciais são guias para os gestores do **FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SARZEDO**, tanto por parte da diretoria executiva quanto dos integrantes do comitê de investimento além de conselhos deliberativo e fiscal, no sentido do acompanhamento e avaliação da evolução das carteiras de investimentos com uma perspectiva de médio e longo prazo.

Tais limites são estabelecidos mediante estudo do cenário econômico atual, das perspectivas futuras, do histórico quantitativo de cada tipo de ativo e da análise qualitativa dos ativos investidos.

Segmento	Tipo de Ativo	Carteira Atual (%)	Limite da Resolução (%)	Alocação Objetiva		
				Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	92,96%	100,00%	30,00%	30,00%	80,00%
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0,00%	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	3,70%	80,00%	15,00%	25,00%	70,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, Alínea "b"	0,00%	80,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	3,19%	30,00%	5,00%	5,00%	30,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	0,00%	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Poupança - Art. 7º, V, Alínea "a"	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas- Art. 7º, V, Alínea "a"	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - sênior Art. 7º, VI.	0,00%	15,00%	5,00%	15,00%	15,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - subordinada Art. 7º, VI.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - sênior Art. 7º, VII, "a"	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - subordinada Art. 7º, VII, "a"	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Subtotal Renda Fixa	99,85%	500,00%	55,00%	75,00%	195,00%
Renda Variável	FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	0,00%	30,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Ações - Art. 8º, III	0,15%	15,00%	5,00%	10,00%	15,00%
	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	5,00%
	FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	5,00%
	FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	5,00%
Subtotal Renda Variável	0,15%	80,00%	5,00%	25,00%	35,00%	
Total Geral	100,00%	580,00%	60,00%	100,00%	230,00%	

Handwritten signatures and initials:
Dgo
and
Amachado
Sarzedo
↓

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO – PRÓXIMOS CINCO ANOS

Segmento	Tipo de Ativo	Estratégia de Alocação Cinco Próximos Exercícios	
		Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	0,00%	0,00%
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	30,00%	80,00%
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	15,00%	70,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, Alínea "b"	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	5,00%	30,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	0,00%	0,00%
	Poupança - Art. 7º, V, Alínea "a"	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas- Art. 7º, V, Alínea "a"	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - sênior Art. 7º, VI.	5,00%	15,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - subordinada Art. 7º, VI.	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - sênior Art. 7º, VII, "a"	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - subordinada Art. 7º, VII, "a"	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	0,00%	0,00%
	Subtotal Renda Fixa	55,00%	195,00%
	Renda Variável	FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	0,00%
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II		0,00%	0,00%
FI em Ações - Art. 8º, III		5,00%	15,00%
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV		0,00%	5,00%
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V		0,00%	5,00%
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI		0,00%	5,00%
Subtotal Renda Variável	5,00%	35,00%	
Total Geral		60,00%	230,00%

SEGMENTO DE RENDA FIXA

No segmento de Renda Fixa fica adotado o limite de se aplicar, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos investimentos financeiros do RPPS sempre se respeitando adicionalmente os requisitos e limites da Resolução CMN 3.922/2010.

A negociação de títulos e valores mobiliários no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) obedecerá ao disposto, Art. 7º, inciso "a"

Handwritten signatures and initials:
Café
Quachak
Rouzel
7

da Resolução CMN nº 3.922/2010, e deverão ser comercializados através de plataforma eletrônica e registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), não sendo permitidas compras de títulos com pagamento de Cupom com taxa inferior à Meta Atuarial.

É muito provável para o ano de 2018 em que as taxas médias estejam abaixo da meta atuarial. Assim, afim de garantir o cumprimento da mesma deve-se tornar necessário utilizar uma estratégia de alocação mais ativa (superar os benchmarks).

SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Em relação ao segmento de renda variável, irá se adotar o limite de até 30% (trinta por cento) da totalidade dos investimentos financeiros do RPPS, respeitando-se ainda os limites individuais para cada classe de ativo dentro da Renda Variável.

SEGMENTO DE IMÓVEIS

Conforme o artigo 9º da Resolução CMN 3.922/2010, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas, exclusivamente, com os terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao RPPS.

Os imóveis repassados pelo Município deverão estar devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis, livres de quaisquer ônus ou gravame, e possuir as certidões negativas de tributos, em especial o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ou o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Os imóveis poderão ser utilizados para a aquisição e/ou integralização de Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores, com exceção dos mercados de balcão organizados e não organizados.

ENQUADRAMENTO

O **FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SARZEDO** considera os limites estipulados de enquadramento na Resolução CMN 3.922/2010, e como esclarecimento adicional ao Artigo 22, destacamos:

Serão entendidos como desenquadramentos passivos, os limites excedidos decorrentes de valorização e desvalorização dos ativos ou qualquer tipo de desenquadramento que não tenha sido resultado de ação direta do RPPS.

META ATUARIAL

A Portaria MPS 87/2005, que estabelece as Normas Gerais de Atuária dos RPPS determina que a taxa real de juros a ser utilizada nas Avaliações Atuariais será de, no máximo, 6,00% (seis por cento) ao ano.

Handwritten signatures and notes in blue ink:
- "Opa" (written vertically)
- "Antônio Dias dos Santos" (written vertically)
- "Sarzedo" (written vertically)
- "1" (written vertically)

Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as Instituições Financeiras escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Para tal credenciamento, deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS e submetido à aprovação do Comitê de Investimentos, no mínimo, quesitos como:

- a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) regularidade fiscal e previdenciária.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do gestor e do administrador do fundo.

PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:

- a) Tradição e Credibilidade da Instituição – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;
- b) Gestão do Risco – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de "compliance", capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco.

c) Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento;

Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

O Credenciamento se dará, única e exclusivamente, de forma digital, inclusive na apresentação da documentação e Certidões requisitadas, por meio da disponibilização eletrônica dos documentos solicitados pelo RPPS conforme Edital de Credenciamento divulgado publicamente.

Encontra-se qualificado para participar do processo seletivo qualquer empresa gestora de recursos financeiros autorizada a funcionar pelo órgão regulador (Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários), sendo considerada como elegível a gestora/administradora que atender ao critério de avaliação de Qualidade de Gestão dos Investimentos.

CONTROLES DE RISCO

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- Risco de Mercado – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.
- Risco de Crédito - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- Risco de Liquidez - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

CONTROLE DO RISCO DE MERCADO

O RPPS adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

Handwritten signatures and initials:
Carp
Antonio
Aup
Dygo
Diniz
Z

- Modelo paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o "benchmark" estabelecido na política de investimentos do fundo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FICFIDC) serão considerados como de baixo risco de crédito os que assim forem classificados conforme definição estabelecida por cada agência classificadora de risco devidamente autorizadas a operar no Brasil e utilizam o sistema de "rating" para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 365 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de uma análise que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

CONTROLES INTERNOS

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

Ass
Assunto
Assunto
Assunto
Assunto
Assunto

Com base nas determinações da Portaria MPS 170/2012, alterada pela Portaria MPS 440/2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua competência:

- I - garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos;
- II - avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;
- III - monitorar o grau de risco dos investimentos;
- IV - observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;
- V - garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política.

São avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos do **FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SARZEDO**, relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação. Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Os relatórios supracitados serão arquivados e colocados à disposição dos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Caberá ao comitê de investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisbex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rodas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

É importante ressaltar que, seja qual for à alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco.

Handwritten signatures and initials in blue ink:
Dago
Abraçado
Sarzedo
MPS

As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

Além de analisar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/administrador, da sua estratégia e política de investimentos, alinhamento de interesses, aspectos legais, dentre outros critérios.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III e IV, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN 3.922/2010, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2018.

Reuniões extraordinárias junto ao Conselho Deliberativo do RPPS serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta Política de Investimentos perante a conjuntura do mercado e/ou quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o RPPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos,

Assinado
Assinado
Assinado
Assinado
Assinado

seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do RPPS; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do RPPS, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN 3.922/2010, e à Portaria MPS 519/2011.

É parte integrante desta Política de Investimentos, a cópia da Ata do órgão superior competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Sarzedo, 05 de outubro de 2017.



Valdirene Araújo Lacerda Santos
Superintendente/Gestor de recursos



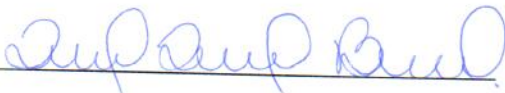
Marcelo Pinheiro do Amaral
Prefeito Municipal



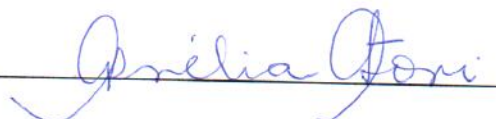
Cristiane Santos de Souza Ramos
Presidente Conselho Administrativo



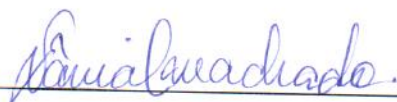
Fábio Henrique Gomes
Comitê de Investimentos



Cléia Lemos Barroso Teófilo Silva
Comitê de Investimentos



Ornélia Goecking Otoni
Membro Conselho Administrativo



Vânia Célia Machado de Souza
Membro Conselho Administrativo